



Simulado Final

TJ GO

Analista Judiciário – Área Judiciária
Oficial de Justiça
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TJ-GO (Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça do TJ-GO**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/YDH6uW9XgMvicPex5>

- | | | | | |
|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D) | 13 - (A)(B)(C)(D) | 25 - (A)(B)(C)(D) | 37 - (A)(B)(C)(D) | 49 - (A)(B)(C)(D) |
| 02 - (A)(B)(C)(D) | 14 - (A)(B)(C)(D) | 26 - (A)(B)(C)(D) | 38 - (A)(B)(C)(D) | 50 - (A)(B)(C)(D) |
| 03 - (A)(B)(C)(D) | 15 - (A)(B)(C)(D) | 27 - (A)(B)(C)(D) | 39 - (A)(B)(C)(D) | 51 - (A)(B)(C)(D) |
| 04 - (A)(B)(C)(D) | 16 - (A)(B)(C)(D) | 28 - (A)(B)(C)(D) | 40 - (A)(B)(C)(D) | 52 - (A)(B)(C)(D) |
| 05 - (A)(B)(C)(D) | 17 - (A)(B)(C)(D) | 29 - (A)(B)(C)(D) | 41 - (A)(B)(C)(D) | 53 - (A)(B)(C)(D) |
| 06 - (A)(B)(C)(D) | 18 - (A)(B)(C)(D) | 30 - (A)(B)(C)(D) | 42 - (A)(B)(C)(D) | 54 - (A)(B)(C)(D) |
| 07 - (A)(B)(C)(D) | 19 - (A)(B)(C)(D) | 31 - (A)(B)(C)(D) | 43 - (A)(B)(C)(D) | 55 - (A)(B)(C)(D) |
| 08 - (A)(B)(C)(D) | 20 - (A)(B)(C)(D) | 32 - (A)(B)(C)(D) | 44 - (A)(B)(C)(D) | 56 - (A)(B)(C)(D) |
| 09 - (A)(B)(C)(D) | 21 - (A)(B)(C)(D) | 33 - (A)(B)(C)(D) | 45 - (A)(B)(C)(D) | 57 - (A)(B)(C)(D) |
| 10 - (A)(B)(C)(D) | 22 - (A)(B)(C)(D) | 34 - (A)(B)(C)(D) | 46 - (A)(B)(C)(D) | 58 - (A)(B)(C)(D) |
| 11 - (A)(B)(C)(D) | 23 - (A)(B)(C)(D) | 35 - (A)(B)(C)(D) | 47 - (A)(B)(C)(D) | 59 - (A)(B)(C)(D) |
| 12 - (A)(B)(C)(D) | 24 - (A)(B)(C)(D) | 36 - (A)(B)(C)(D) | 48 - (A)(B)(C)(D) | 60 - (A)(B)(C)(D) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/HM2V>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

Texto 1

Havia, no colégio, três companheiros desagradáveis. Um deles era o Vilares. Menino forte, cara bexigosa, com um modo especial de carregar e de franzir as sobrancelhas autoritariamente. Parecia ter nascido para senhor do mundo. No recreio queria dirigir as brincadeiras e mandar em todos nós. Se a sua vontade não predominava, acabava brigando e desmanchava o brinquedo. Simplesmente insuportável. Ninguém, a não ser ele, sabia nada; sem ele talvez não existisse o mundo.

Vivia censurando os companheiros, metendo-se onde não era chamado, implicando com um e com outro, mandando sempre. (...) E, um dia, os mais taludos se revoltaram e deram-lhe uma sova. Foi um escândalo no colégio. O vigilante levou-os ao gabinete do diretor. O velho Lobato repreendeu-os fortemente. Mais tarde, porém, chamou o Vilares e o repreendeu também.

- É necessário mudar esse feitio, menino. Você, entre os seus colegas, é uma espécie de galo de terreiro. Quer sempre impor a sua vontade, quer mandar em toda a gente. Isso é antipático. Isso é feio. Isso é mau. (...). E, continuando:

- Você gosta de mandar. Mas é preciso lembrar-se de que ninguém gosta de ser mandado. Desde que o mundo é mundo, a humanidade luta para ser livre. O sentimento de liberdade nasce com o homem e do homem não sai nunca. É um sentimento tão natural, que os próprios irracionais o possuem. E louco será, meu filho, quem tiver a pretensão de modificar sentimentos dessa ordem. Ou você muda de feitio, ou você muito terá que sofrer na vida.

(VIRIATO CORREA)

01. Pela leitura do texto, a fala do diretor busca alertar o menino de que

a) quanto maior a convivência com uma pessoa autoritária mais agradável se tornam os seus dias.

b) as crianças da escola costumam se envolver em intrigas sem motivo, por isso não deveria afetar-se pelo ocorrido.

c) os diretores devem ter uma relação de amizade com os alunos da escola.

d) é natural do ser humano ter forte sentimento de liberdade e, por isso, é difícil aceitar regras impostas por pessoas autoritárias.

02. No fragmento lido, predominam as sequências textuais

a) descritivas.

b) expositivas.

c) injuntivas.

d) narrativas.

03. No trecho “Desde que o mundo é mundo, a humanidade luta para ser livre.”, a primeira oração do período sintático estabelece com a oração seguinte uma relação de

A) finalidade.

B) causa.

C) tempo.

D) condição.

04. Na frase do segundo parágrafo “O vigilante levou-os ao gabinete do diretor”, o termo sublinhado estabelece a coesão referencial pelo processo da

a) anáfora, referindo-se aos meninos mais taludos.

b) anáfora, referindo-se a um e outro com quem o Vilares implicava.

c) catáfora, referindo-se ao vigilante e ao diretor.

d) catáfora, referindo-se aos meninos da escola no geral.

05. No primeiro período do segundo parágrafo, a primeira ocorrência de vírgula é utilizada com a finalidade de

- a) deixar implícita uma forma verbal.
- b) separar orações coordenadas.
- c) isolar um aposto.
- d) isolar um adjunto adverbial.

Texto 2



Copyright © 2000 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

Disponível em: <<http://diaadia-doprofessor.blogspot.com.br/2013/06/tirinhas-da-turma-da-monica.html>>.
Acesso em: 20 jul. 2016. [Adaptado]

06. Na tirinha, a fala das personagens é um exemplo de linguagem

- a) arcaica.
- b) regional.
- c) técnica.
- d) rebuscada.

07. Da leitura da linguagem verbal e não verbal, infere-se que a tirinha

- a) divulga informações sobre a importância de plantar árvores frutíferas.
- b) informa o leitor sobre a existência de diferentes espécies de árvores.
- c) faz uma crítica ao desmatamento e aponta o plantio como símbolo de esperança.
- d) valoriza o plantio de árvores como uma prática comum no dia a dia.

08. A frase que apresenta emprego correto do sinal indicativo de crase é:

- a) O artigo remete-se à ideias inovadoras.
- b) Temos muito à ensinar-lhe.
- c) Viajou à pé para sua terra natal.
- d) Não me refiro àquele rapaz.

09. No período “Comentou-se a festa dos estudantes.”, a forma verbal destacada flexiona-se no singular, para

- a) concordar com o sujeito paciente.
- b) demonstrar a voz ativa da forma verbal.
- c) estabelecer relação com o objeto direto.
- d) explicitar um caso de sujeito indeterminado.

10. No período “Não me oponho a que você viaje.”, a oração subordinada substantiva é

- a) objetiva direta.
- b) subjetiva.
- c) objetiva indireta.
- d) predicativa.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Eduardo Mocellin

11. Considere a afirmação:

“Se o gerente estava na reunião, então não é inteligente”.

É correto concluir que:

- a) se o gerente não estava na reunião, então é inteligente.
- b) se o gerente é inteligente, então não estava na reunião.
- c) se o gerente não é inteligente, então não estava na reunião.
- d) o gerente estava na reunião e é inteligente.

12. Se sou feliz, então não como alface. Se eu não sou feliz, então passo o dia reclamando. Ora, eu não passei o dia reclamado. Logo:

- a) Não sou feliz e não comi alface.
- b) Não sou feliz e comi alface.
- c) Sou feliz e comi alface.
- d) Sou feliz e não comi alface.

13. De uma caixa que continha 200 bombons, Arnaldo retirou B bombons. Ele reparou então que dividindo esses B bombons em grupos de 9 ou em grupos de 12 ou em grupos de 15 bombons, sempre sobrava 1 bombom. A soma dos algarismos desse número B é:

- a) 10
- b) 12
- c) 13
- d) 14

14. Caso cinco técnicos e três analistas se ofereçam como voluntários para a realização de um projeto no TJ GO que requeira a constituição de uma comissão formada por cinco voluntários, dos quais três devem ser técnicos e os outros dois devem ser analistas, então a quantidade de comissões distintas que se poderá formar será igual a:

- a) 60
- b) 30
- c) 25
- d) 13

15. Ao jogarem-se quatro dados tradicionais numerados de 1 a 6, a probabilidade de obtermos quatro números iguais é:

- a) $\frac{1}{6}$
- b) $\frac{2}{3}$
- c) $\frac{1}{6^3}$

d) $\frac{1}{6^4}$

**ATUALIDADES, HISTÓRIA, GEOGRAFIA E
CONHECIMENTOS GERAIS DO BRASIL E DE
GOIÁS**

Leandro Signori

16. Com relação às queimadas que estão ocorrendo no Brasil em 2024, assinale a alternativa incorreta.

- a) O aumento das queimadas em 2024 está diretamente relacionado ao controle eficiente das atividades de desmatamento ilegal e à redução das áreas agrícolas, especialmente no estado do Amazonas.
- b) A seca prolongada, intensificada por fenômenos climáticos como o El Niño, contribuiu para o aumento das queimadas em estados como o Mato Grosso e o Pará, onde as condições climáticas e o desmatamento exacerbam os incêndios florestais.
- c) Os incêndios florestais têm sido controlados com sucesso devido à alta disponibilidade de recursos hídricos nas regiões afetadas, que facilitam o combate ao fogo.
- d) O impacto da fumaça das queimadas não afeta a Região Sul que está distante dos focos de incêndios florestais no Brasil central e no Norte.

17. O aumento significativo do número de casos de Mpx em várias regiões do mundo levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a emitir um importantíssimo alerta. No Brasil, o número de infecções tem crescido, exigindo medidas de prevenção e controle mais rigorosas por parte das autoridades de saúde. Segundo o Ministério da Saúde, de janeiro até a primeira semana de setembro deste ano, o Brasil registrou 1.015 casos confirmados ou prováveis de Mpx. O número supera o total de casos notificados ao longo de todo o ano passado, quando foram contabilizados 853.

Com base no fragmento acima e no contexto da situação da MPOX no Brasil e no mundo, assinale a alternativa correta:

- a) A MPOX foi declarada uma pandemia pela OMS, o que significa que ela tem uma distribuição global e um impacto severo em todos os continentes.
- b) A OMS considera a MPOX uma emergência de saúde pública de interesse internacional, o que implica na necessidade de uma resposta coordenada entre os países afetados para conter a disseminação do vírus.
- c) O Brasil, até o momento, não registrou casos significativos de MPOX, sendo considerado uma área de baixo risco pela OMS.
- d) A MPOX tem causado preocupações principalmente nas áreas rurais do Brasil, onde o acesso aos serviços de saúde é limitado, e a disseminação é mais difícil de controlar.

18. Nos últimos anos, diversas descobertas e inovações científicas têm transformado a sociedade contemporânea, impactando desde a medicina até a tecnologia da informação. No Brasil, por exemplo, o avanço no desenvolvimento de vacinas utilizando tecnologias de mRNA e a implementação de redes de quinta geração (5G) são exemplos de como as inovações podem influenciar a saúde pública e a economia digital. Essas inovações não apenas impulsionam o desenvolvimento econômico, mas também

levantam questões éticas e de segurança que precisam ser consideradas.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação correta sobre o impacto das inovações científicas na sociedade contemporânea:

- a) O desenvolvimento de vacinas de mRNA trouxe avanços significativos, mas é limitado ao combate de doenças endêmicas locais, sem impacto global.
- b) A implementação do 5G no Brasil tem se limitado a grandes centros urbanos, sem previsão de expansão para áreas rurais e sem impacto significativo na economia digital do país.
- c) Inovações científicas, como o uso de inteligência artificial na medicina, têm permitido diagnósticos mais precisos e personalizados, além de otimizar os tratamentos de diversas doenças.
- d) A aplicação de novas tecnologias em energias renováveis tem sido considerada inviável no Brasil devido à predominância de fontes de energia não-renováveis e à falta de investimento em inovação.

19. Durante a Semana Santa, na cidade de Goiás e em outros municípios, realiza-se um evento que encena a Última Ceia e a prisão de Jesus Cristo, denominado de:

- a) Romaria.
- b) Folia de Reis.
- c) Festa em Louvor ao Divino Pai Eterno.
- d) Procissão do Fogaréu.

20. De acordo com a classificação do relevo brasileiro de Jurandyr Ross, as principais formas do relevo de Goiás são os planaltos e as depressões. Contudo, o estado também abrange uma pequena porção de planície, que, conforme a classificação citada, é a:

- a) Planície do Rio Araguaia.
- b) Planície do Rio Amazonas.
- c) Planície do Pantanal Mato-Grossense.
- d) Planície do Bananal.

LEGISLAÇÃO (ÉTICA)

Tiago Zanolla

21. A integridade pública é um conceito-chave no setor público e é fundamental para garantir a confiança na governança e na administração de uma sociedade. Ela envolve a aderência a valores e princípios éticos elevados, e implica um compromisso por parte dos servidores públicos de agir de maneira honesta, justa e imparcial.

Com base no texto, qual das seguintes alternativas está **correta** sobre a integridade pública?

- a) A integridade pública permite que os servidores priorizem, em algumas situações, seus interesses pessoais, desde que isso não prejudique diretamente o serviço público.
- b) Para garantir a integridade pública, os valores e princípios éticos devem ser aplicados de forma flexível, variando de acordo com a posição e função dos servidores.
- c) A integridade pública foca exclusivamente na prestação de contas e responsabilidade, não envolvendo aspectos como a criação de uma cultura organizacional ética.
- d) A confiança pública no governo é reforçada quando os servidores públicos agem com integridade, seguindo os valores e princípios éticos estabelecidos.

LEGISLAÇÃO (DIREITO CONSTITUCIONAL)

Nelma Fontana

22. A Constituição Federal assegura em seu artigo 5º a liberdade como um dos direitos fundamentais básicos. A respeito da liberdade de associação, dedicou vários incisos, de acordo com os quais é correto afirmar que

- a) é plena a liberdade de associação, inclusive a de caráter militar.

b) a criação de associações deve observar o princípio da unicidade, de modo que, numa mesma base territorial, sendo a menor a área de um município, apenas uma associação de mesma finalidade poderá ser criada.

c) uma associação que tiver finalidade ilícita poderá ter compulsoriamente dissolvida por decreto do prefeito, desde que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, uma vez que os direitos fundamentais não têm caráter absoluto.

d) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente. No mandado de segurança coletivo, entretanto, ocorre a substituição processual, de maneira que não há a necessidade de autorização dos associados, para que as entidades associativas sejam impetrantes do *mandamus* em benefício daqueles.

23. Lei do Estado Alfa atribuiu responsabilidade solidária ao profissional de contabilidade, quanto ao pagamento de impostos e de penalidades pecuniárias, nas hipóteses em que suas ações ou omissões concorrem para a prática de infração à legislação tributária. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre direito tributário é concorrente, de forma que a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a atribuição suplementar dos estados.
- b) É formalmente inconstitucional a norma estadual, porque invade a competência da União para fixar normas gerais em matéria tributária.
- c) A norma estadual é inconstitucional, porque a competência para legislar sobre responsabilização de terceiros por infração à legislação tributária é privativa da União.
- d) A lei estadual é formalmente inconstitucional, porque cabe à lei complementar estadual dispor sobre responsabilização de terceiros por infrações tributárias.

LEGISLAÇÃO (DIREITO ADMINISTRATIVO)*Herbert Almeida*

24. Com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

- a) a ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade prescreve em dez anos, contados a partir da ocorrência do fato, sendo o prazo prorrogável por igual período no caso de crimes permanentes.
- b) a instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração de ilícitos suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 365 dias corridos, e o prazo recomeça a contar após o seu término.
- c) a interrupção da prescrição ocorre, dentre outras hipóteses, pela publicação de decisão ou acórdão de Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal que confirma sentença condenatória, e o novo prazo de prescrição recomeça a contar pela metade.
- d) a prescrição é interrompida pela publicação de sentença de improcedência, que suspende o prazo até o trânsito em julgado da decisão final.

25. Com base na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar que:

- a) a competência atribuída a um órgão administrativo é irrenunciável e não pode ser delegada, pois se trata de uma prerrogativa exclusiva e intransferível.
- b) a delegação de competência pode ser realizada entre órgãos ou autoridades, ainda que não haja subordinação hierárquica, desde que haja conveniência por razões técnicas, sociais, econômicas, jurídicas ou territoriais, e não haja impedimento legal.
- c) a edição de atos de caráter normativo pode ser delegada em casos excepcionais, para garantir a eficiência e celeridade do processo administrativo.

- d) a decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação em situações que envolvam maior complexidade técnica ou que exijam maior especialização da autoridade delegada.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

26. O menu que permite a alteração do formato da data e da hora do sistema e que pode ser encontrado no item “Hora e Idioma” do menu Configurações do Windows 10 é o:

- a) Data e Hora.
- b) Idioma.
- c) Fala.
- d) Região.

27. Das letras abaixo, marque aquela que apresenta tipos de quebra existentes no Word:

- a) Página e Seção .
- b) Seção e Notas.
- c) Página e cabeçalho
- d) Sumário e Índice.

28. No Excel, temos os seguintes valores:

	A	B
1	20	30
2	10	20

Ao digitarmos, na célula C2 a fórmula : =Média(a1:b2) e apertarmos enter, obteremos o valor

- a) 20.
- b) 10.
- c) 30
- d) 80.

29. Sobre o Google Chrome é incorreto afirmar:

- a) Permite ativar ferramentas de proteção a navegação como antiphishing.
- b) Possibilita a busca de elementos por cores.
- c) Utiliza a busca case sensitive por padrão.
- d) Possibilita o armazenamento de senhas.

30. Paulo trabalha no setor de administração e deseja mandar uma mensagem para um determinado fornecedor, mas deseja que a sua equipe e o seu superior acompanhem o envio, porém sem que o fornecedor saiba. Os demais destinatários devem ser digitados no campo:

- a) CC.
- b) CCo
- c) Anexo
- d) Assunto

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. Nos termos expressos na Constituição Federal, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as hipóteses descritas na Constituição Federal. A respeito dos cargos em comissão e das funções de confiança, aponte a alternativa incorreta.

- a) As funções de confiança e os cargos em comissão são preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- b) As funções de confiança só podem ser preenchidas por servidores de carreira.

c) As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

d) Os cargos em comissão podem ser preenchidos por pessoas que não são servidoras públicas de carreira, nas condições e percentuais definidos em lei.

32. João, grande produtor de soja, influente politicamente, foi denunciado por diversos crimes contra a ordem econômica. Em sessão plenária, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça se declarou em condição de suspeição, por foro íntimo, para atuação no feito. Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e consoante redação expressa da Constituição Federal, a competência para julgar João é

- a) do Superior Tribunal de Justiça
- b) do próprio Tribunal de Justiça, que deverá convocar desembargadores substitutos.
- c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) do Supremo Tribunal Federal.

33. No sistema constitucional brasileiro, os três Poderes do Estado desempenham funções distintas, mas interdependentes, em um regime de colaboração mútua. Considerando as funções típicas e atípicas dos Poderes, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Legislativo exerce função típica de julgar, mas também pode, excepcionalmente, exercer função normativa.
- b) O Poder Executivo tem como função típica a execução das leis, mas, em caráter excepcional, pode exercer função jurisdicional típica.
- c) O Poder Judiciário tem como função típica a jurisdição, podendo exercer, de forma atípica, funções administrativas e normativas.
- d) O Poder Legislativo exerce função típica normativa e jurisdicional, como no caso de julgamento de ministros de Estado.

34. A Constituição Federal de 1988 prevê mecanismos para a sua própria reforma. Considerando o processo de emenda constitucional no direito brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Uma proposta de emenda à Constituição pode ser aprovada se obtiver, em cada casa do Congresso Nacional, o voto favorável de três quintos dos membros, em dois turnos de votação.
- b) A emenda à Constituição pode ser aprovada por maioria simples, desde que seja votada em dois turnos em cada casa do Congresso Nacional.
- c) O Presidente da República pode, por decreto, emendar a Constituição em casos de urgência e relevância nacional.
- d) Uma proposta de emenda à Constituição pode ser apresentada por qualquer cidadão, desde que consiga apoio de pelo menos um terço dos deputados federais.

35. As cláusulas pétreas são disposições constitucionais que não podem ser abolidas por emendas, garantindo a preservação de determinados princípios fundamentais. No direito constitucional brasileiro, qual das alternativas a seguir NÃO é considerada uma cláusula pétrea pela Constituição Federal de 1988?

- a) A forma federativa de Estado.
- b) A separação dos Poderes.
- c) O voto direto, secreto, universal e periódico.
- d) A forma republicana de governo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

36. Ricardo, agente público do Estado de Goiás, nomeou seu irmão para o exercício de cargo em comissão no órgão em que trabalha, tendo sido comprovado dolo com finalidade ilícita por parte do agente. Neste caso, é correto afirmar que, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, Ricardo poderá ser sancionado com:

- a) suspensão dos direitos políticos por até 4 anos.
- b) perda da função pública.
- c) multa civil equivalente ao dano causado ao erário.
- d) pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

37. No que se refere aos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a ilegalidade do objeto se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- b) a inexistência dos motivos fica caracterizada quando o ato não se inclui nas atribuições legais do agente que o praticou.
- c) a convalidação é praticada exclusivamente atos praticados com vícios sanáveis, gerando efeitos retroativos (*ex tunc*).
- d) é possível a revogação de ato discricionário feita pela administração pública ou pelo Poder Judiciário.

38. Apolinário, autoridade pública no Estado de Goiás, no bojo de recurso administrativo, está reapreciando ato administrativo discricionário exarado por Ildebrando, agente público que lhe é subordinado. Nesta situação, é correto afirmar que o ato praticado por Ildebrando:

- a) poderá ser cassado por Apolinário, no caso de norma superveniente tornando insustentável a situação jurídica sob o qual fora editado.
- b) não poderá sofrer controle de legalidade por Apolinário, na medida em que trata-se de ato discricionário.
- c) poderia ser convalidado por Apolinário, qualquer que seja o vício identificado.
- d) não poderá ser revogado por Ildebrando, por razões de conveniência e oportunidade, em virtude de encontrar-se sob reapreciação de autoridade superior.

39. Assinale a alternativa que NÃO menciona hipótese de adoção do diálogo competitivo:

- a) Caso não seja possível à Administração definir, com precisão suficiente, as especificações técnicas do objeto a ser licitado.

b) quando o objeto licitado envolver inovação técnica ou tecnológica.

c) quando for necessária a adaptação de soluções disponíveis no mercado.

d) para bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos de maneira objetiva por meio de especificações usuais de mercado.

40. A respeito da remuneração dos agentes públicos, bem como da acumulação remunerada de cargos públicos, assinale a alternativa correta:

a) A vedação à acumulação remunerada de cargos públicos não é estendida ao âmbito da Administração Pública indireta, uma vez que o objetivo primordial da norma é proteger as entidades públicas de direito público, sujeitas ao regime estatutário.

b) Nos casos em que restar flagrantemente desrespeitado o princípio da isonomia, o poder Judiciário pode decidir no sentido de aumentar vencimentos de determinada categoria do funcionalismo.

c) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto no caso de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, entre outras hipóteses, exigido em qualquer caso a compatibilidade de horários.

d) É vedada a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor quando a remuneração de ambos resultar em montante superior ao do teto constitucional.

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

41. Com relação à aplicação da lei no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta.

- a) A lei nova, que estabeleça disposições especiais a par das já existentes, revoga a lei geral anterior.
- b) Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- c) A lei do país em que residir a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- d) A sucessão por morte obedece à lei do país em que se deu o óbito.

42. Com relação ao ato nulo e ao ato anulável, assinale a alternativa correta.

- a) É anulável o negócio jurídico quando não revestir a forma prescrita em lei.
- b) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas convalesce pelo decurso do tempo.
- c) É de 4 anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado, no caso de atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade.
- d) Anulado o negócio jurídico, será mantida a eficácia gerada até a sentença que decretou a anulação.

43. Com relação ao direito das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) A solidariedade não se presume, pois resulta da lei ou da vontade das partes.
- b) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, extingue-se a solidariedade ativa.
- c) A um dos credores solidários poderá o devedor opor exceções pessoais oponíveis aos outros.
- d) O julgamento contrário a um dos credores solidários prejudica os demais.

44. Com relação à prestação de serviço, assinale a alternativa correta.

- a) A retribuição pagar-se-á depois de prestado o serviço, se, por convenção ou costume, não houver de ser adiantada, ou paga em prestações.
- b) A prestação de serviço não se poderá convencionar por mais de três anos.
- c) Se o prestador de serviço se despedir sem justa causa, perderá o direito à retribuição vencida e responderá por perdas e danos.
- d) Aquele a quem os serviços são prestados poderá transferir a outrem o direito aos serviços ajustados.

45. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) Haverá obrigação de reparar o dano, mediante comprovação de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- b) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem não pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou.
- c) O direito de exigir a reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.
- d) Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade da sua culpa em confronto com a do autor do dano.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

46. Leia o texto a seguir sobre a jurisdição e a ação:

“A função jurisdicional só atua diante de casos concretos de conflitos de interesses (lide ou litígio) e sempre na dependência da invocação dos interessados, porque são deveres primários destes a obediência à ordem jurídica e a aplicação voluntária de suas normas nos negócios jurídicos praticados. (...) A parte, diante do Estado-juiz, dispõe de um poder jurídico, que consiste na faculdade de obter a tutela para os próprios direitos ou interesses, quando lesados ou ameaçados, ou para obter a definição das situações jurídicas controvertidas. É o direito de ação, de natureza pública, por referir-se a uma atividade pública, oficial, do Estado.” (JÚNIOR, Humberto T. Curso de Direito Processual Civil. v.I. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2024).

Sobre a jurisdição e a ação, assinale a alternativa correta:

- a) Para postular em juízo é necessário ter interesse, legitimidade e possibilidade jurídica.
- b) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente simples.
- c) É admissível a ação meramente declaratória, desde que não tenha ocorrido a violação do direito.
- d) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

47. Leia o caso a seguir:

“Caio, Oficial de Justiça no TJGO, recebeu um mandado para citação de Carlos, executado em processo de execução de pagar quantia certa. Em um primeiro momento, Caio não localizou Carlos, mas procedeu com o arresto de bens suficientes para a garantia da execução. Dia seguinte, Caio voltou ao local e conseguiu proceder com a citação de Carlos”.

No caso concreto, aperfeiçoada a citação e transcorrido o prazo de pagamento, o arresto

- a) Ficará sem efeito.
- b) Converter-se-á em adjudicação.
- c) Converter-se-á em penhora, independentemente de termo.
- d) Deverá ser destinado ao depósito.

48. Segundo dispõe o Código de Processo Civil, o executado pode, no prazo de 10 (dez) dias contado da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Ocorrendo a substituição dos bens inicialmente penhorados, é dispensável a lavratura de novo termo.
- b) Quando uma das partes requerer a modificação do bem penhorado, o juiz ouvirá sempre a outra, no prazo de 3 (três) dias, antes de decidir.
- c) A penhora não pode ser substituída por fiança bancária ou por seguro garantia judicial.
- d) Será admitida a redução ou a ampliação da penhora, bem como sua transferência para outros bens, se, no curso do processo, o valor de mercado dos bens penhorados sofrer qualquer alteração.

49. De acordo com o Código de Processo Civil, quando a citação ou intimação for feita por oficial de justiça, considera-se dia do começo do prazo:

- a) A data da citação ou intimação.
- b) A data de juntada aos autos do mandado cumprido
- c) Dez dias após a juntada aos autos do mandado cumprido.
- d) A data de publicação

50. Em cumprimento a mandado de citação, o oficial de Justiça verificou que, aparentemente, o réu citando era mentalmente incapaz. Diante disso, o oficial de justiça:

- a) Deverá nomear curador.
- b) Deverá cumprir a diligência na presença de duas testemunhas.
- c) Deverá cumprir a diligência na presença de três testemunhas.
- d) Deverá descrever e certificar minuciosamente a ocorrência.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

51. Acerca do erro de tipo e do erro de proibição, assinale a alternativa correta:

- a) O erro de tipo sempre afasta o dolo, dada a errônea representação da realidade.
- b) O erro de proibição inescusável é causa de exclusão da culpabilidade
- c) O erro de proibição inevitável afasta a imputabilidade penal
- d) No erro de tipo o agente poderá ser punido na forma culposa, bastando apenas que se trate de erro evitável

52. Acerca da consumação, da tentativa e dos institutos correlatos, assinale a alternativa correta:

- a) Pune-se o crime tentado sempre com a pena relativa ao crime consumado, reduzida de um a dois terços.
- b) A desistência voluntária e o arrependimento eficaz são causas de exclusão da culpabilidade.
- c) A espontaneidade não é pressuposto legal para a configuração da desistência voluntária.
- d) O arrependimento posterior gera redução de pena de um a dois terços, caso haja reparação do dano, ainda que parcial, por ato voluntário do agente, antes do recebimento da denúncia ou queixa.

53. Alexandre, Oficial de Justiça, ao dirigir-se até determinado local para realizar uma diligência de penhora judicialmente determinada em processo cível, foi recebido a socos e pontapés por Ricardo, que buscava impedir a realização do ato. Alexandre, em razão das agressões, acabou sofrendo lesão corporal grave e a diligência não foi realizada naquela data.

Nesse caso, a conduta de Ricardo configura:

- a) Resistência simples, apenas
- b) Resistência qualificada e lesão corporal grave
- c) Resistência simples e lesão corporal grave
- d) Resistência qualificada, apenas

54. Marcelo, funcionário público do IBAMA (autarquia federal), ocupante de função de direção, foi denunciado pelo crime de peculato (art. 312 do CP), por supostamente ter se apropriado de valores dos quais tinha a posse em razão do cargo. Ao aplicar a pena, o Juiz fixou a pena-base em 02 anos. Diante da ausência de agravantes e atenuantes, não houve alteração na segunda fase da dosimetria da pena. Todavia, na terceira e última fase, o Juiz majorou a pena em um terço, por ser Marcelo ocupante de função de direção, na forma do art. 327, §2º do CP, aplicando-lhe uma pena final de 02 anos e 08 meses de reclusão e 100 dias-multa. Determinou, ainda, como efeito secundário da condenação, a perda do cargo público. Tendo em conta o caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) Agiu incorretamente o magistrado ao aplicar a majorante, pois não se aplica aos dirigentes de autarquias, bem como ao determinar a perda do cargo público, pois a pena fixada não ultrapassa 04 anos.
- b) Agiu incorretamente o magistrado ao aplicar a majorante, pois não se aplica aos dirigentes de autarquias, mas foi adequada a aplicação do efeito secundário de perda do cargo público.
- c) Agiu corretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, bem como foi adequada a aplicação do efeito secundário de perda do cargo público.
- d) Agiu corretamente o magistrado ao aplicar a majorante do art. 327, §2º do CP, mas agiu incorretamente ao determinar a perda do cargo público, pois a pena fixada não ultrapassa 04 anos.

55. Thairo sabia que Aline possuía processo tramitando na 03ª Vara Cível da Comarca da Capital – Goiânia-GO. Assim, solicitou a Aline a quantia de R\$ 5.000,00 a pretexto de influenciar o Juiz da causa, Leopoldo, a fim de que ele viesse a proferir sentença favorável, alegando que era amigo de infância do magistrado e, portanto, poderia convencê-lo a decidir favoravelmente a Aline. Thairo, porém, sequer conhecia o Juiz Leopoldo, e

pretendia apenas enganar Aline a fim de obter vantagem indevida.

Nessa situação, Thairo deverá responder pelo crime de:

- a) corrupção ativa
- b) corrupção passiva
- c) tráfico de influência
- d) Exploração de prestígio

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Priscila Silveira

56. De acordo com o tema de inquérito policial, assinale a assertiva correta.

- a) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado nos casos de urgência.
- b) A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da vítima.
- c) O inquérito policial é indispensável, devendo acompanhar a denúncia ou queixa.
- d) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.

57. No que se refere aos sujeitos do processo, o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

- a) tiver funcionado seu cônjuge como auxiliar da justiça.
- b) tiver aconselhado qualquer das partes.
- c) for administrador de sociedade interessada no processo.
- d) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.

58. Conforme o Código de Processo Penal, a competência para a ação penal, caso

- a) não seja conhecido o lugar da infração, será estabelecida pela prevenção.
- b) seja hipótese de ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- c) seja um crime tentado, será fixada no lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
- d) seja praticado estelionato mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, será definida pelo local do domicílio da vítima, e, em caso de pluralidade de vítimas, a competência firmar-se-á pela prevenção.

59. No que diz respeito à aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço e aos princípios processuais penais constitucionais, assinale a opção correta.

- a) A lei processual penal tem aplicação imediata e é aplicável tanto nos processos que se iniciarem após a sua vigência, quanto nos processos que já estiverem em curso no ato da sua vigência, e até mesmo nos processos que apurarem condutas delitivas ocorridas antes da sua vigência.
- b) Caso o processo penal já tenha sido iniciado, os atos praticados deverão ser refeitos e, todos os posteriores deverão ser praticados conforme a nova lei.
- c) A lei processual penal não deverá ser aplicada imediatamente, por isso prejudica a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, e constitui ofensa ao princípio da irretroatividade.
- d) A lei processual penal se sujeitará a tratados, convenções ou regras de direito internacional.

60. De acordo com o Código de Processo Penal, da decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal:

- a) caberá apelação.
- b) não caberá recurso.
- c) caberá mandado de segurança.
- d) caberá recurso em sentido estrito.

Discursiva

Pedrinho, brasileiro, casado, servidor público, é denunciado pelo crime de corrupção que fora praticado por ele um ano antes. A denúncia é recebida. Devidamente citado por edital, Pedrinho não comparece à audiência nem constitui advogado.

Considerando o caso hipotético, comente quais são as consequências processuais e penais e explique, abordando, inclusive, a questão dos prazos: isso se aplicaria a qualquer outro crime da justiça comum?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
